



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- **Objeto:** Contratação de advogado ou sociedade de advogados para a prestação de serviços técnicos especializados de advocacia para a recuperação de créditos do duodécimo da câmara municipal de São Salvador – TO.
- **Categoria do Objeto:** Serviços.
- **Unidade Requisitante:** Superintendência da Câmara Municipal de São Salvador – TO.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de advogado ou sociedade de advogados para a prestação de serviços técnicos especializados de advocacia na recuperação de créditos do duodécimo da Câmara Municipal de São Salvador é fundamentada na necessidade de assegurar a recuperação de valores essenciais ao pleno exercício das funções legislativas, administrativas e constitucionais. De acordo com o artigo 29-A da Constituição Federal, é obrigatória a transferência do duodécimo pelo Poder Executivo ao Legislativo, garantindo sua autonomia financeira e administrativa. A não realização desses repasses compromete o princípio da separação dos poderes e a eficiência das atividades parlamentares.

A recuperação desses créditos envolve questões jurídicas complexas, como a apuração de valores devidos, análise de balancetes contábeis, interpretação normativa sobre a arrecadação de receitas públicas e a execução orçamentária. Tais aspectos exigem expertise jurídica especializada, não se confundindo com as atribuições rotineiras do corpo jurídico da Câmara Municipal, caracterizando-se como uma necessidade pontual e técnica.

Os valores recuperados são de grande relevância para a manutenção das atividades legislativas e o atendimento de demandas da sociedade, pois a ausência desses recursos pode prejudicar projetos estratégicos e comprometer investimentos essenciais. Ademais, a contratação está em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que

reconhece a possibilidade de contratação direta de serviços técnicos especializados de natureza singular, com base no art. 74, inciso III da Lei 14.133/2021, quando evidenciada a notória especialização do contratado e a inviabilidade de competição.

Entre os benefícios esperados, destaca-se a celeridade na recuperação dos créditos, a segurança jurídica na apuração e cobrança dos valores e a liberação do corpo jurídico interno para focar em demandas administrativas e legislativas de rotina. Assim, a contratação é indispensável para salvaguardar os interesses institucionais da Câmara Municipal de São Salvador, promovendo a recuperação de créditos essenciais à sua autonomia e eficiência. A seleção do profissional ou sociedade de advogados deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo a escolha de uma equipe com notória especialização e comprovada capacidade técnica.

Os resultados pretendidos para uma contratação voltada à prestação de serviços jurídicos especializados na recuperação de créditos do duodécimo da Câmara Municipal de São Salvador incluem:

Obter o retorno total ou parcial dos valores que não foram repassados pela administração municipal, garantindo o cumprimento do artigo 29-A da Constituição Federal e assegurando os recursos necessários ao funcionamento da Câmara.

Acelerar a tramitação de procedimentos administrativos ou judiciais relacionados à cobrança dos valores devidos, minimizando o impacto financeiro da inadimplência do Executivo Municipal.

Garantir que todo o processo de recuperação dos créditos seja conduzido de forma legal, transparente e eficiente, evitando riscos de nulidade, questionamentos ou controvérsias futuras.

Reforçar a independência da Câmara Municipal, permitindo a realização de suas atividades legislativas, administrativas e políticas sem limitações decorrentes da falta de recursos financeiros.

Liberar o corpo jurídico interno da Câmara para se dedicar a demandas de rotina e questões estratégicas, enquanto os especialistas contratados conduzem o processo de recuperação de créditos com foco técnico e experiência na matéria.

Reintegrar os valores recuperados ao orçamento da Câmara, viabilizando investimentos em projetos, infraestrutura e serviços que beneficiem a sociedade e fortaleçam o papel institucional do Legislativo Municipal.

Estabelecer um exemplo de ação eficaz e proativa na defesa dos direitos institucionais da Câmara, reforçando a credibilidade e a responsabilidade na gestão de recursos públicos.

Esses resultados representam um impacto direto na qualidade e eficiência da gestão legislativa, promovendo uma atuação responsável e alinhada aos princípios constitucionais e legais que regem o funcionamento da Câmara Municipal.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. **Notória Especialização:** A prestação dos serviços requer conhecimentos técnicos especializados, com comprovação de notória especialização do contratado, conforme definido no art. 6º, XXIII e art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
2. **Qualificação Técnica:** Experiência comprovada em atendimento jurídico especializado a entes públicos, com histórico de defesa em demandas judiciais e administrativas.
3. **Infraestrutura e Capacidade Operacional:** Disponibilidade de equipe multidisciplinar e estrutura própria que possibilite um suporte integral às demandas da administração municipal.

### 4. ALTERNATIVAS CONSIDERADAS

1. **Contratação por Licitação Competitiva:**
  - o **Viabilidade:** Não aplicável, dado o caráter singular e a necessidade de notória especialização dos serviços jurídicos, inviabilizando a competição.
2. **Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação:**
  - o **Viabilidade:** Solução mais adequada, conforme os arts. 6º, XVIII e 74 da Lei nº 14.133/2021.
  - o **Impacto Financeiro:** Alinhado ao orçamento disponível, com previsibilidade de custos.

### 3. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO FORNECEDOR



A escolha do fornecedor está fundamentada na singularidade dos serviços jurídicos e na notória especialização exigida para sua execução. O contratado será selecionado com base em:

- Experiência comprovada em demandas semelhantes.
- Infraestrutura adequada para atender às necessidades da Câmara Municipal.
- Reconhecimento no mercado jurídico como especialista em assessoria para entes públicos.

Essa escolha busca assegurar eficiência, economicidade e segurança jurídica para a administração municipal.

## **6. BENEFÍCIOS ESPERADOS**

Os benefícios esperados com a contratação de advogado ou sociedade de advogados para a recuperação de créditos do duodécimo da Câmara Municipal de São Salvador incluem a garantia de uma atuação técnica e especializada, capaz de promover a recuperação integral dos valores devidos de forma célere e segura. Isso permitirá o restabelecimento da autonomia financeira e administrativa do Legislativo, assegurando os recursos necessários para a execução eficiente de suas atividades e projetos. Além disso, a atuação de especialistas minimizará os riscos de nulidade ou controvérsias jurídicas, proporcionando maior segurança jurídica ao processo.

A contratação também permitirá a otimização dos recursos internos, liberando o corpo jurídico da Câmara para se concentrar em demandas administrativas e legislativas de rotina.

Por fim, a recuperação desses créditos contribuirá para a melhoria na eficiência orçamentária, possibilitando investimentos em projetos e ações em benefício da sociedade, fortalecendo a imagem institucional do Legislativo como defensor da legalidade e da transparência na gestão pública.

## **7. IMPACTO FINANCEIRO**

Para analisar o impacto financeiro para a prestação de serviços jurídicos desta natureza, é necessário trazer à tona que os serviços de advogado ou de escritório de advocacia o qual se pretende contratar é exercício exclusivamente por profissionais com registro formal na Ordem dos Advogados do Brasil, que por sua vez, possuem legislação federal própria sobre a cobrança de honorários.

Desta feita, constata-se que a Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Tocantins possui Tabela de Honorários que estabelece os valores mínimos praticados pelos profissionais em âmbito estadual, conforme RESOLUÇÃO no. 05/2024, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins, que dispõe sobre remuneração dos serviços advocatícios e aprova a tabela de honorários advocatícios no Estado do Tocantins, disponível no site da instituição (<https://oabto.org.br/tabela-de-honorarios>).

Neste sentido, se constata que os valores contidos na tabela são referenciais mínimos, sendo necessário que o profissional ou escritório escolhido apresente suas propostas de preço para que seja avaliado o real impacto financeiro para a execução dos serviços, cujo valores apresentados para a realização dos serviços deverão estar de acordo com o percentual mínimo e máximo para as ações com cláusula *quota litis* da Tabela da OAB/TO, fixado no art. 24 da Resolução nº. 005/2024, aprovada pelo Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Tocantins, publicada no Diário eletrônico da OAB/TO nº. 1465 de 22/10/2024, pág. 370 e ss.

RESOLUÇÃO nº. 05/2024 OAB/TO

.....  
**Art. 24. Na hipótese de adoção de cláusula quota litis, os honorários serão pagos em dinheiro e não poderão ultrapassar, em conjunto com os honorários fixados judicialmente em favor do advogado (honorários sucumbenciais), 50% do valor líquido obtido pelo cliente, nos termos da legislação vigente.**

Conquanto, conforme já informado pelo setor responsável o objeto a ser contratado será custeado com recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme a seguinte dotação: 01.01.01.031.0001.2.002 – manutenção, Natureza da despesa: 3.3.90.39, Fonte de Recursos: 1.500.0000.00000 – Recursos Próprios.

## **8. RISCOS ENVOLVIDOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO**

- **Risco 1: Falhas na execução dos serviços.**
  - **Mitigação:** Monitoramento contínuo pelo gestor/fiscal do contrato, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- **Risco 2: Incompatibilidade entre a prestação dos serviços e as necessidades da administração.**
  - **Mitigação:** Especificação detalhada no Termo de Referência e validação do contrato pelo jurídico do município.

- **Risco 3: Problemas na comprovação da capacidade técnica do contratado.**
  - **Mitigação:** Exigência de documentação comprobatória de qualificação técnica e notória especialização.

## 9. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A contratação contribui diretamente para os objetivos estratégicos do poder público, incluindo:

- Fortalecimento da governança e da segurança jurídica na gestão pública.
- Eficiência na resolução de demandas técnica, jurídica e administrativas.
- Sustentabilidade financeira por meio de soluções mais econômicas e eficazes.

## 10. CONCLUSÃO

Com base nas análises realizadas, conclui-se que a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, é a solução mais adequada para atender às necessidades da administração, garantindo qualidade, eficiência e economicidade na prestação de serviços jurídicos especializados.

São Salvador – TO, 20 de fevereiro de 2025.

**Responsável pela Elaboração:**



**Ellene Rodrigues Pereira Souza**  
**Secretária Geral**